

Fundo Multibiomas

# famaGAIA

S O C I O B I O E C O N O M I A

Relatório de Gestão



fama  
re.capital

1º trimestre de 2026

# Sumário

Mensagem do CIO	3
Introdução	7
Resultados Financeiros	9
Resultados Socioambientais	12
Novos Financiamentos	14
Projetos Investidos	16
Um giro pelo trimestre	19





# Mensagem do CIO

Há um momento, em qualquer tese de investimento de longo prazo, em que o mundo deixa de ser o contexto da tese e passa a ser a evidência dela. O primeiro trimestre de 2026 foi esse momento para quem investe em transição climática. O fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, em resposta aos ataques conjuntos americanos e israelenses de 28 de fevereiro, o barril de Brent saltando de US\$ 73 para US\$ 112 em trinta dias, 150 navios retidos na entrada do estreito e 20% do petróleo mundial paralisado são dados sobre o custo real, imediato e mensurável, de uma civilização organizada em torno de combustíveis fósseis que precisam transitar por gargalos controlados por atores com incentivos para fechá-los. Esse custo sempre existiu. O primeiro trimestre de 2026 apenas tornou impossível ignorá-lo.

A tese de transição climática percorreu, ao longo das últimas três décadas, uma trajetória de legitimação que é em si mesma um dado analítico relevante. Começou como argumento científico, formulado nos relatórios do IPCC e nas conferências da ONU, e durante muito tempo dependeu da aceitação da ciência climática como condição de entrada para o debate de investimento. Migrou, na virada dos anos 2010 para os 2020, para o argumento econômico: o custo nivelado de renováveis caindo abaixo do carvão e do gás, as baterias



em curva de aprendizado acelerada, os ativos fósseis acumulando risco de *stranded assets* com horizonte cada vez mais próximo. Chega ao primeiro trimestre de 2026 como argumento geopolítico, sustentado por estrategistas de segurança energética e economistas preocupados com inflação importada. Essa progressão é fundamental para entender por que a tese ficou mais robusta e não mais frágil neste trimestre: ela deixou de depender de consenso político em torno da agenda climática e passou a ser sustentada por interesses que existem independentemente de qualquer posição sobre o aquecimento global.

A dimensão mais instigante desse movimento é que ele atravessa a divisão ideológica que parecia definir o campo. Trump rejeitou a retórica climática, desmontou regulações ambientais e retirou os Estados Unidos dos compromissos multilaterais de descarbonização, mas a guerra que sua administração escolheu travar no Oriente Médio forneceu o argumento mais poderoso para a independência energética renovável que qualquer relatório do IPCC já produziu. O secretário de Estado negociando a reabertura do Estreito de Ormuz e o G7 discutindo a liberação de 1,2 bilhão de barris de reservas estratégicas estão construindo o caso político para a transição que os países europeus vinham tentando construir por outros meios há vinte anos. A segurança energética, que é o que a diversificação para matrizes renováveis também entrega no tempo, atravessa espectros políticos com uma eficácia que o argumento climático nunca alcançou nesses ambientes, e isso altera estruturalmente o mapa de aliados por trás da transição.

Esse contexto redefine também a leitura correta do que ocorreu na Europa no trimestre. O Omnibus Package, que simplificou o CSRD e o CSDDD e reduziu em 70% o volume de informações obrigatórias de reporte, foi lido por muitos como recuo. O que de fato ocorreu foi a substituição do Green Deal pelo Clean Industrial Deal, um movimento que separa a agenda climática de sua camada normativa mais pesada e a reposiciona como questão de competitividade industrial e segurança estratégica, categorias com muito mais tração política no atual ambiente europeu do que responsabilidade corporativa e transparência de reporte. A União Europeia não abandonou a transição. Reembalou o argumento para um mundo em que a geopolítica voltou ao centro e em que o discurso de competitividade industrial tem mais força do que o discurso de obrigações de *disclosure*.



Dento desse contexto, o exercício analítico mais importante do momento é a separação dos vieses na interpretação do cenário. O rótulo ESG acumulou carga retórica que gerou fadiga em atores que precisam de argumentos econômicos e não normativos para se mover. O esvaziamento do rótulo não enfraquece a sua tese, mas sim, remove o ruído que se acumulou sobre ela e torna a análise mais direta. O que sustenta a tese é a física do clima, a trajetória de custo das renováveis, a regulação de desmatamento europeia com efeitos diretos sobre cadeias de fornecimento globais, e agora o prêmio de risco geopolítico que tornou o custo real dos combustíveis fósseis visível de forma aguda e quantificada para atores que nunca haviam calculado esse número.

É nesse ambiente que a posição do Brasil precisa ser lida, porque ela se tornou ao longo do trimestre simultaneamente mais valiosa e mais difícil de capturar. Mais valiosa porque um mundo em que a segurança energética virou prêmio explícito e em que ativos de natureza estão em processo acelerado de formalização financeira é um mundo que precisa do que o Brasil tem em excesso: a maior biodiversidade terrestre do planeta, matriz elétrica com mais de 80% de origem renovável, e capacidade de produção agrícola em escala global com potencial de redução de emissões por unidade de produto que nenhum outro grande produtor consegue replicar. Mais difícil de capturar porque a combinação de Selic estruturalmente elevada, câmbio pressionado e fragilidade fiscal com ajuste projetado para 2027 eleva o custo de capital doméstico e retarda a velocidade com que essa posição estrutural se converte em fluxo de investimento. Não é a direção que está em dúvida, mas o ritmo, e a diferença entre os dois é onde o nosso trabalho de gestão de investimentos se concentra.

A ascensão da biodiversidade como ativo financeiro, que ao longo do último ano e meio avançou do campo conceitual para o campo operacional com o TNFD consolidando frameworks de reporte e o SBTN avançando nos critérios para metas baseadas em ciência para natureza, amplia ainda mais a singularidade brasileira. O mercado de créditos de biodiversidade está em formação, com demanda crescente de empresas sujeitas à regulação europeia de desmatamento e às novas obrigações de *disclosure* de impacto sobre natureza. O Brasil detém o estoque físico que esses mercados demandarão em escala, e a questão relevante para o investidor não é se esse valor será reconhecido, mas em que instrumentos e em que prazo essa formalização ocorrerá. A resposta a essa



pergunta depende, em grande medida, da velocidade com que a engenharia financeira conseguir acompanhar a maturação dos mercados internacionais de natureza.

A tese de incumbentes, que consideramos o vetor de descarbonização como a maior geração de *alpha* no espectro, ganha nesse ambiente uma dimensão adicional de urgência. A oportunidade não está em construir novos negócios verdes a partir do zero, onde o capital já está bem precificado, mas em financiar a transformação de empresas que já têm capital, cadeias de fornecimento, relações regulatórias e posições de mercado consolidadas, e que o mercado ainda não precificou adequadamente o risco de não realizarem essa transição. Como exemplo, a MBRF acelerou seu programa de rastreabilidade de rebanho para antecipar em cinco anos a meta de 2030, movimento motivado pelo risco concreto de perda de acesso ao mercado europeu pela regulação de desmatamento. Esses são os mecanismos pelos quais o custo de capital se move antes que o mercado como um todo perceba, e identificar onde esses mecanismos ainda não foram precificados é o trabalho que define a tese.

O que o primeiro trimestre de 2026 revelou, em síntese, é que a tese de transição climática nunca teve base de sustentação tão ampla. Científica, econômica e agora geopoliticamente fundamentada, ela tornou-se *overdetermined* no sentido analítico preciso do termo: sustentada por atores com motivações tão distintas que sua reversão exigiria a convergência improvável de múltiplas forças em sentido contrário ao mesmo tempo.

Segurança energética, competitividade industrial, regulação de mercado e física climática apontam na mesma direção por razões completamente independentes entre si. Esse é o tipo de tese que o investidor de longo prazo busca, e o primeiro trimestre de 2026, por toda a sua turbulência, entregou mais evidência para ela do que qualquer relatório de consenso teria sido capaz de produzir.

Fabio Alperowitch, CFA





# Introdução

No primeiro trimestre de 2026, o FamaGaia Sociobioeconomia FIDC manteve sua atuação centrada na gestão ativa do portfólio e no acompanhamento contínuo dos projetos financiados.

Diferentemente de trimestres anteriores, não houve concessão de financiamentos a novas organizações. Foi realizado um desembolso subsequente para a Cooperpesca Artesanal, reforçando uma operação já existente e ampliando o apoio à cadeia da pesca artesanal em zonas costeiras. A cooperativa, que reúne comunidades tradicionais e atua com práticas de baixo impacto ambiental, alcançou um marco relevante ao receber o primeiro selo de pesca artesanal do Brasil, evidenciando avanços na formalização e reconhecimento da atividade no país.

Foram conduzidos processos de renegociação e acompanhamento mais aprofundado em operações selecionadas do portfólio, dada a natureza intrínseca de cadeias produtivas baseadas em ciclos biológicos, sazonalidade e exposição a variáveis climáticas e de mercado. Tais movimentos constituem a materialização de uma abordagem de crédito estruturada para absorver volatilidade, sem comprometer a geração de valor e impacto



no longo prazo.

Adicionalmente, o período foi marcado por uma mudança relevante na forma de marcação dos ativos do Fundo, com a transição de marcação na curva para marcação a mercado, conforme atualização conduzida pela administradora e fato relevante publicado em 11 de fevereiro. Essa alteração resultou em um ajuste pontual nos valores da carteira, ao incorporar de forma mais imediata as condições de mercado na precificação dos ativos. Trata-se de uma evolução na governança de gestão de ativos de FIDCs.

Reitera-se o compromisso com o propósito de oferecer crédito justo para quem protege os biomas brasileiros. A estratégia se traduz em operações alinhadas às realidades produtivas locais e na disciplina na gestão de risco ao longo do ciclo dos investimentos.

Ao longo deste relatório, apresentam-se os resultados financeiros do Fundo no período, assim como seus resultados socioambientais. Em seguida, detalha-se o desembolso subsequente realizado na Cooperpesca e um resumo dos projetos que compõem o portfólio atual. Por fim, expõe-se um panorama do trimestre, abordando o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, atualizações sobre os biomas brasileiros e o pipeline de projetos.





# Resultados financeiros

No trimestre, o Fundo apresentou resultado operacional positivo de 3,27%, consistente com o desempenho dos ativos de crédito do portfólio. A performance reportada, no entanto, foi impactada por um ajuste pontual decorrente da transição na metodologia de marcação dos ativos, encerrando o período com variação consolidada de -2,87%.

O movimento promovido pela administradora consistiu na substituição da marcação na curva pela marcação a mercado dos ativos da carteira. Esse efeito, de natureza metodológica, decorrente da atualização dos critérios de precificação dos ativos, resultou em um impacto negativo de 6,14% sobre o patrimônio líquido do Fundo.

Com a marcação a mercado, variações de preço e de percepção de risco passam a ser reconhecidas de forma imediata. Ao longo do tempo, com a realização dos fluxos financeiros, essa volatilidade tende a se reduzir, à medida que a precificação converge para os fundamentos do portfólio.

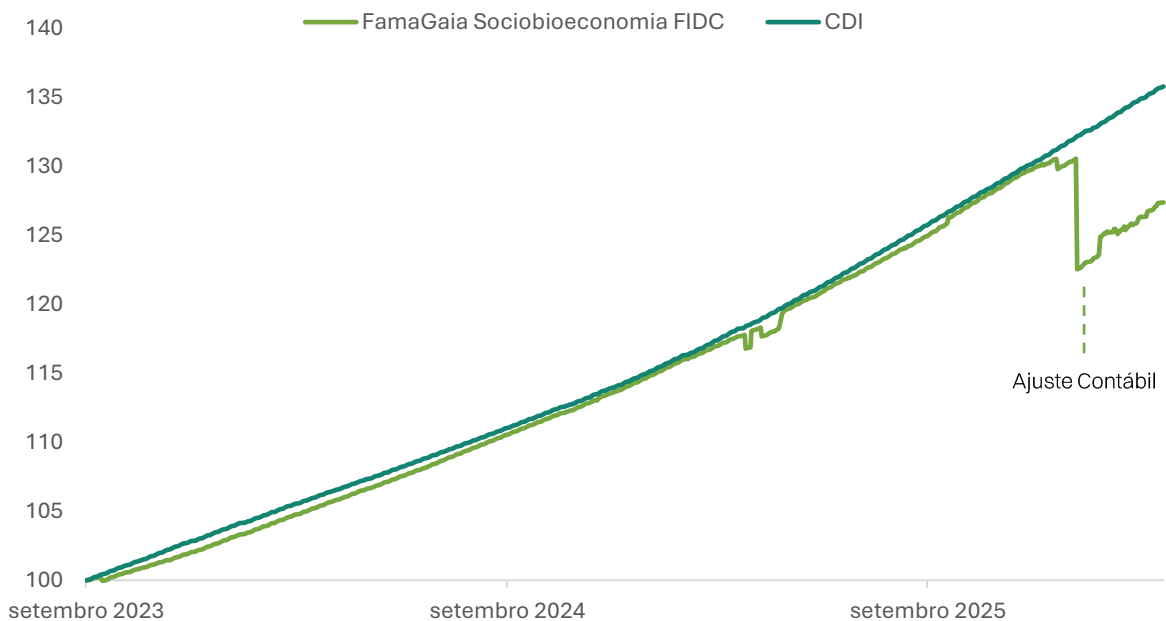


## Decomposição da performance (1T26)

Indicador	Retorno (%)
Performance operacional (ex-M2M)	<b>+3,27%</b>
(-) Impacto de marcação a mercado (M2M)	<b>-6,14%</b>
Performance reportada	<b>-2,87%</b>

Separação entre resultado operacional e impacto da transição para marcação a mercado.

## Evolução da cota vs. CDI



Série histórica acumulada, com impacto da transição para marcação a mercado refletido no período.

A inadimplência do Fundo no trimestre atingiu 4,24%, caindo para 1,43% em abril de 2026 com o pagamento das parcelas renegociadas por parte das investidas. A seguir, são apresentados os principais eventos que contribuíram para esse resultado.



A Coosafra reportou renegociações com compradores de abacaxi, que impactaram o volume de vendas ao longo de 2025 e, conseqüentemente, comprometeram o cumprimento do cronograma de pagamentos originalmente previsto para fevereiro de 2026. Durante o trimestre, foram conduzidas reuniões de acompanhamento e renegociação, com foco na evolução do faturamento da cooperativa. Como encaminhamento, foi acordado um novo cronograma de pagamento, estruturado em três parcelas, com a primeira parcela tendo sido paga no início de abril.

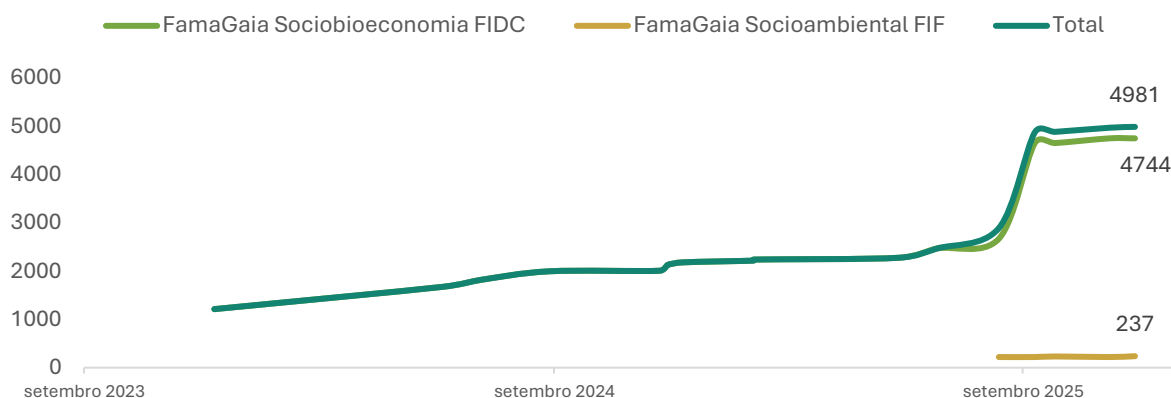
No quarto trimestre de 2025, foi formalizado o terceiro aditamento contratual junto à Amazonbai. O cronograma vigente previa a conclusão dos pagamentos em março de 2026; no entanto, as dificuldades comerciais e financeiras persistiram ao longo do primeiro trimestre de 2026, resultando no inadimplemento das parcelas com vencimento em janeiro, fevereiro e março. Ao longo do período, a gestão acompanhou as negociações com parceiros comerciais. Ao final do trimestre, foi sinalizada a expectativa de retomada dos pagamentos, com a primeira parcela sendo paga no início de abril.



# Resultados socioambientais

Os resultados socioambientais do Fundo refletem sua atuação na ampliação do acesso a crédito para organizações que operam em cadeias produtivas alinhadas à conservação dos biomas brasileiros. O Fundo encerrou o trimestre com impacto direto em quase 5 mil pessoas, por meio dos projetos apoiados.

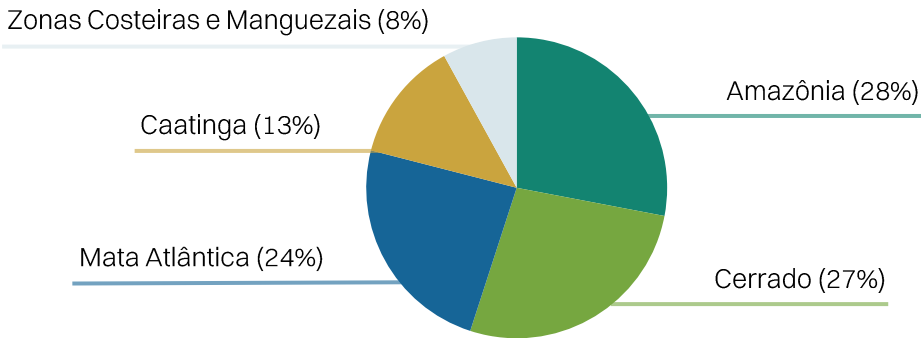
## Evolução do número de pessoas impactadas pelo portfólio



Dados cumulativos atualizados de acordo com as informações mais recentes enviadas pelos projetos financiados.



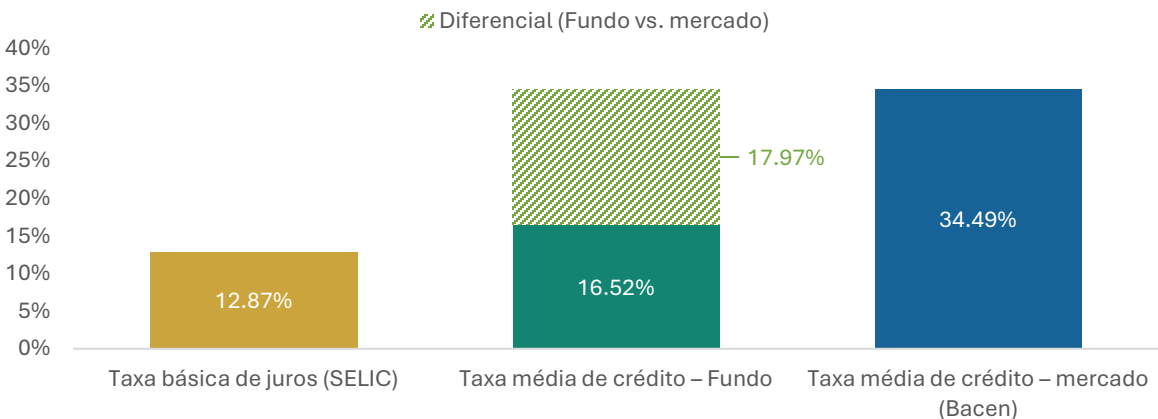
A distribuição por bioma, ao final do primeiro trimestre de 2026, reflete a atuação diversificada do portfólio:



Distribuição da carteira por bioma ao final do 1T26, porcentagem (%) do saldo devedor.

Considerando o conjunto dos investimentos realizados em 15 organizações da sociobioeconomia, observa-se a taxa de juros média aplicada aos tomadores de crédito permanece significativamente inferior às taxas praticadas pelo mercado para operações de mesma natureza. A diferença é de aproximadamente 18 p.p., conforme dados do Banco Central.

### Comparativo das taxas de crédito (a.a.)



Média ponderada (a.a.): taxa de juros média e de referência considerando o momento de emissão do crédito.

Esse diferencial evidencia o papel do Fundo na ampliação do acesso a crédito em condições mais justas, especialmente para organizações historicamente subatendidas pelo sistema financeiro tradicional.





# Novos Financiamentos

O primeiro trimestre de 2026 foi dedicado ao aprofundamento das operações existentes e à alocação adicional de capital em um dos projetos já presentes no portfólio. Nesse contexto, foi realizado um desembolso adicional de R\$ 300 mil para a Cooperpesca Artesanal.

## Cooperpesca Artesanal: pesca sustentável em zonas costeiras

A Cooperpesca Artesanal é uma cooperativa de pescadores tradicionais localizada em Iguape (SP), que reúne 97 cooperados, incluindo comunidades caiçaras, quilombolas e Guarani Mbya. A cooperativa atua na captura, beneficiamento e comercialização de pescado artesanal ao longo do litoral de São Paulo e Paraná, com foco em práticas de baixo impacto ambiental e na valorização da pesca de pequena escala.

A operação integra a estrutura originalmente desenhada para a cooperativa, que previa liberações condicionadas à evolução das garantias e à formalização de contratos



comerciais. Com a comprovação de contratos firmados para 2026, em montante superior a R\$ 1,9 milhão — acima do nível mínimo exigido — foi possível avançar com uma nova etapa de financiamento, incluindo a substituição progressiva de garantias patrimoniais por cessão fiduciária de recebíveis.

Os recursos destinam-se à formação de estoque durante a safra, à adequação da unidade processadora e à execução dos contratos firmados, contribuindo para a consolidação da operação e para maior previsibilidade de receita.

No período, a Cooperpesca também alcançou um marco relevante ao receber o primeiro selo de pesca artesanal do Brasil, reforçando o reconhecimento institucional da atividade e ampliando sua inserção em mercados formais.



[O primeiro Selo da Pesca Artesanal do Brasil para cooperativa de pescadores em SP](#)



# Projetos Investidos

Projeto	Bioma	Descrição	Financiamento
 <p><b>Pesca Sustentável</b></p>	<b>Zonas Costeiras e Manguezais</b>	Cooperativa de pescadores artesanais em Iguape (SP), formada por comunidades caiçaras, quilombolas e Guarani Mbya, atuando na captura, beneficiamento e comercialização direta de pescado.	Capital de giro para aquisição de mel dos apicultores, eliminando a dependência de intermediários. Operação em conjunto com offtaker Sunland.
 <p><b>Apicultura Familiar</b></p>	<b>Caatinga</b>	Empresa apoia mais de 1.800 apicultores no Nordeste brasileiro. Responsável pela logística, certificação e exportação de mel orgânico para mercados europeus.	O crédito apoia a compra da produção, fortalecendo redes locais e promovendo inclusão produtiva com preços até 20% acima do mercado.
 <p><b>Agricultura Familiar</b></p>	<b>Cerrado</b>	Federação fundada em 2011 que reúne 23 cooperativas e mais de 2.200 cooperados, dos quais 35% são mulheres. Atua na comercialização de 70 produtos da agricultura familiar; destaque para banana, café e mandioca.	O crédito financia a expansão do viveiro e amplia a capacidade de produção de espécies nativas.



Projeto	Bioma	Descrição	Financiamento
 Viveiro de Mudanças	Mata Atlântica	Empresa fundada em 2016 que atua em restauração ecológica e sistemas agroflorestais no Vale do Paraíba/SP. Produz mudas e insumos, com parcerias regionais e foco em inovação com paper pots biodegradáveis.	O crédito financia a expansão do viveiro e amplia a capacidade de produção de espécies nativas.
 Mel Orgânico	Cerrado	Cooperativa de apicultura familiar com sede em Bocaiúva (MG), que produz mel orgânico com Denominação de Origem e também fabrica doces, aguardente, polpas e roupas de proteção.	Crédito via CPR-F para antecipar exportações e desenvolver novos produtos. Operação garantida por recebíveis e destinada a reforçar a estrutura de beneficiamento da cooperativa.
 Agroecologia Feminina	Cerrado	Cooperativa agroecológica formada por agricultoras em Bela Vista de Goiás (GO). Atua com hortifruti, PANCS, panificados e mel; e produtos de comunidades quilombolas.	Crédito para embalagem e rotulagem de mel, fortalecendo a verticalização e a inserção em mercados institucionais como o PAA e o PNAE
 Agricultura Familiar	Amazônia	Cooperativa da agricultura familiar em Floresta do Araguaia (PA), de abacaxi, manga e acerola. Atua com práticas agroecológicas e inclusão de mulheres, promovendo o desenvolvimento comunitário.	Capital de giro via CPR-F para antecipar pagamentos da safra e cobrir despesas operacionais. Operação garantida por estoque de abacaxis.
 Cacau Ecológico	Amazônia	Cooperativa de produção de cacau localizada em Medicilândia (PA), com forte atuação feminina e produção em SAFs. Trabalha com insumos da sociobiodiversidade, como castanha e cupuaçu, e mantém parceria com indígenas.	Crédito via CPR-F para compra de amêndoas dos cooperados, com garantia em estoque. Reduz dependência de atravessadores e fortalece a cadeia do cacau na Amazônia.
 Extrativismo de Castanha-do-Brasil	Amazônia	Cooperativa que atua na extração sustentável e processamento da castanha-do-brasil (AP). Também produz óleo, farinha e resinas orgânicas, preservando a biodiversidade local em uma área de 800.000 hectares.	Aporte para aumentar a capacidade de compra da produção de castanha, oferecendo preços superiores aos de intermediários e com reaproveitamento de resíduos.



Projeto	Bioma	Descrição	Financiamento
 <b>Apicultura Familiar</b>	<b>Caatinga</b>	Empresa apoia mais de 1.800 apicultores no Nordeste brasileiro. Responsável pela logística, certificação e exportação de mel orgânico para mercados europeus.	Capital de giro para aquisição de mel dos apicultores, eliminando a dependência de intermediários. Operação em conjunto com offtaker Ethikabio.
<b>Fernandes Óleos Essenciais</b> <b>Cultivo do óleo essencial Poejo</b>	<b>Mata Atlântica</b>	Empresa familiar, pioneira no cultivo orgânico de poejo (RS). Responsável por todo o ciclo de produção, desde mudas até óleos essenciais, atendendo exclusivamente à Natura.	Destinado à ampliação da fábrica, permitindo aumentar a capacidade produtiva para atender à crescente demanda. Também promove a inclusão de 15 famílias na cadeia de valor.
 <b>Agricultura Familiar</b>	<b>Amazônia</b>	Cooperativa de derivados de mandioca e frutas em Santarém (PA). Atua na compra e processamento dos produtos e participa ativamente de programas governamentais.	Fortalece a compra de produtos pela cooperativa, promovendo incentivos diretos para que os cooperados sigam com as práticas regenerativas da agricultura familiar.
 <b>Extrativismo de Açaí</b>	<b>Amazônia</b>	Cooperativa de açaí na região do Bailique (PA). Oferece assistência técnica para os cooperados e possui uma agroindústria para a liofilização do açaí.	Amplia o poder de compra da cooperativa, garantindo aos cooperados preços de compra justos e acima do que é oferecido pelo mercado.
 <b>Cultivo de Cacau Cabruca</b>	<b>Amazônia e Mata Atlântica</b>	Associação comunitária que financia diretamente produtores de cacau na Bahia e no Pará e realiza acompanhamento técnico rural para a gestão ambientalmente responsável.	Geração de renda para produtores do Cacau, restaurando os biomas e gerando valor econômico com espécie resistente à vassoura-de-bruxa (nome popular da doença <i>Minioliptora</i> perniciosa).
 <b>Agrofloresta Multibiomas</b>	<b>Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Cerrado</b>	ONG que financia a regeneração dos biomas por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) de cacau em diversos estados (principalmente no PA, RO e BA).	Empoderamento econômico de produtores agrícolas, por meio de financiamento direto dos atores na ponta.





# Um giro pelo trimestre

O primeiro trimestre de 2026 foi marcado por avanços relevantes na agenda institucional da sociobioeconomia no Brasil, por outro lado, evidenciou pressões crescentes sobre os biomas onde essas cadeias produtivas operam.

Nesse contexto, destaca-se o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), iniciativa do governo federal que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da bioeconomia na próxima década, com foco na valorização da biodiversidade, na inclusão produtiva e na articulação entre instrumentos financeiros e políticas públicas. O plano reforça a necessidade de ampliar o acesso a crédito e estruturar mecanismos capazes de mobilizar capital para cadeias produtivas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais. Seu sumário executivo encontra-se disponível neste [link](#).

Ao mesmo tempo, dados recentes reforçam a urgência dessa agenda. Na Chapada do Araripe, conhecida como a “Caixa d’Água do Sertão” e uma das principais bacias hidrogeológicas do Nordeste, o desmatamento apresentou crescimento expressivo nos últimos anos, com aumento de aproximadamente 2.847% entre 2019 e 2024, segundo o



MapBiomás. Cerca de 90% do desmatamento na região está associado a atividades agropecuárias, especialmente à expansão de monoculturas como soja e algodão, frequentemente acompanhadas por impactos sobre recursos hídricos e uso intensivo de insumos químicos. A região é próxima às operações de um dos projetos financiados pelo fundo, a Matrunita.

Esse cenário contextualiza os desafios observados ao longo do trimestre em parte do portfólio, incluindo processos de renegociação em operações específicas. Esses eventos refletem, em grande medida, a exposição dessas cadeias a variáveis ambientais, climáticas e de mercado, e reforçam a importância de estruturas financeiras adaptadas à realidade desses territórios e beneficiários. Ao mesmo tempo, evidenciam uma tensão estrutural entre modelos produtivos intensivos, orientados ao curto prazo, e sistemas baseados na diversidade biológica, cuja sustentabilidade econômica depende da manutenção dos ativos naturais ao longo do tempo.

Reforçando a relevância de estratégias que integrem capital, território e conservação de forma integrada, a atuação do Fundo permanece orientada à construção de soluções financeiras alinhadas às realidades locais, contribuindo para o fortalecimento de cadeias produtivas que operam na interseção entre conservação ambiental, geração de renda e desenvolvimento local.

Após um ciclo de expansão da carteira nos últimos anos, o Fundo vem, ao longo de 2026, avançando em uma agenda mais estratégica de originação, com maior foco em territórios, cadeias produtivas e estruturas que permitam escala e replicabilidade.

Esse movimento se traduz, no curto prazo, em um ritmo mais seletivo de novos desembolsos na ponta, refletindo o conhecimento acumulado pelo time e a busca por operações com maior potencial estruturante ao longo do tempo. Nesse contexto, o pipeline atual inclui iniciativas em estágio mais avançado de estruturação, que demandam maior tempo de desenvolvimento, mas apresentam potencial relevante de maior impacto nas próximas fases de desenvolvimento do Fundo e sua capacidade de promover transformação sistêmica.



*As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Nenhum fundo conta com garantia da instituição administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Para obtenção do Regulamento, Histórico de Performance, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato com a fama re.capital ou com a Administradora do fundo. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 meses.*